

Mestrado Próprio

Direitos Humanos





Mestrado Próprio

Direitos Humanos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificado: TECH Universidade Tecnológica
- » Dedicação: 16h/semana
- » Horário: no seu próprio ritmo
- » Provas: online

Acesso ao site: www.techtute.com/br/direito/mestrado-proprio/mestrado-proprio-direitos-humanos

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Competências

pág. 12

04

Direção do curso

pág. 16

05

Estrutura e conteúdo

pág. 20

06

Metodologia

pág. 30

07

Certificado

pág. 38

01

Apresentação

Por meio da correta interpretação e defesa dos Direitos Humanos, é possível erradicar as desigualdades raciais ou garantir o pleno desenvolvimento das vítimas de conflitos armados. Como resultado, os advogados devem ter amplo conhecimento na área para ajudar a enfrentar esses desafios e garantir o bem-estar das pessoas. Diante dessa situação, a TECH criou esta capacitação, que permitirá que os alunos estudem em profundidade os mecanismos de defesa dos direitos humanos em contextos de guerra, migração ou discriminação com base na identidade. Dessa forma, 100% online e sem precisar se deslocar até um centro de estudos, é possível ampliar significativamente suas habilidades jurídicas.





“

Faça este Mestrado Próprio e aprenda a gerenciar os mecanismos mais eficazes e de vanguarda para proteger as vítimas de conflitos armados"

Apesar dos inúmeros avanços culturais nas últimas décadas, a pena de morte, a discriminação de gênero ou a restrição dos direitos dos migrantes são aspectos que ainda estão em vigor em diferentes sociedades. Como resultado, cada vez mais organizações internacionais estão unindo forças para acabar com esses comportamentos. Nesse contexto, a figura do advogado especializado em Direitos Humanos é muito necessária para que essas entidades contribuam para a preservação do bem-estar e da igualdade de oportunidades de todas as pessoas.

Por esse motivo, a TECH desenvolveu este programa, por meio do qual os alunos aumentarão significativamente seus conhecimentos e habilidades nessa área jurídica. Durante 12 meses de aprendizagem intensiva, o aluno se aprofundará nos mecanismos de proteção dos Direitos Humanos na Europa, África e América. Da mesma forma, será analisada a violação de direitos humanos decorrente de fluxos migratórios, ambientes digitais ou conflitos bélicos. Também examinará em profundidade os instrumentos atualizados oferecidos pelo Direito Internacional para combater a pena de morte.

Graças ao fato de que esta capacitação é desenvolvida por meio de um método de vanguarda de ensino 100% online, os alunos poderão aprender sem ter que abrir mão de suas obrigações familiares e profissionais. Além disso, será possível se beneficiar de uma variedade de materiais didáticos, incluindo leituras complementares, vídeos e resumos interativos. Como resultado, o aluno poderá obter uma capacitação agradável e totalmente eficaz, a fim de promover uma compreensão rápida e bem-sucedida do conhecimento.

Este **Mestrado Próprio em Direitos Humanos** conta com o conteúdo mais completo e atualizado do mercado. Suas principais características são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas na área jurídica
- ♦ Os conteúdos gráficos, esquemáticos e extremamente úteis fornecem informações práticas sobre as disciplinas indispensáveis para o exercício da profissão
- ♦ Exercícios práticos onde o processo de autoavaliação é realizado para melhorar a aprendizagem
- ♦ Destaque especial para as metodologias inovadoras
- ♦ Lições teóricas, perguntas a especialistas, fóruns de discussão sobre temas controversos e trabalhos de reflexão individual
- ♦ Disponibilidade de acesso a todo o conteúdo a partir de qualquer dispositivo, fixo ou portátil, com conexão à Internet



Conheça os principais riscos no ambiente digital e os procedimentos para defender os direitos das pessoas na internet"



Seja capaz de defender os Direitos Humanos em diferentes situações socioculturais com competência após concluir este Mestrado Próprio"

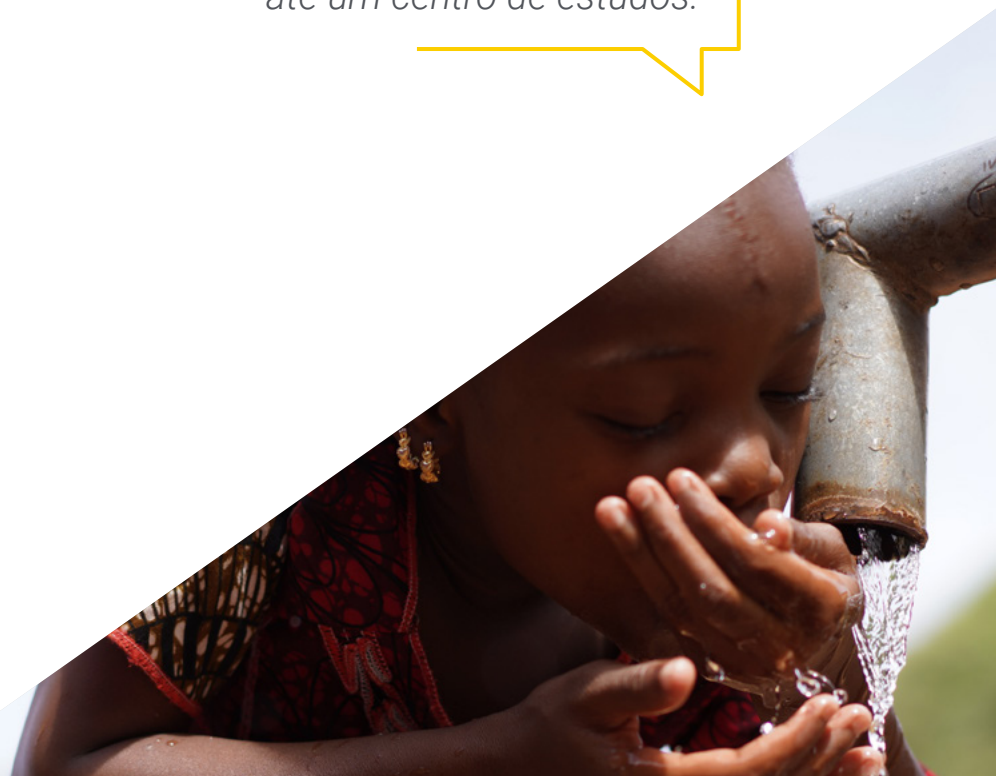
O corpo docente do curso conta com profissionais do setor, que transferem toda a experiência adquirida ao longo de suas carreiras para esta capacitação, além de especialistas reconhecidos de sociedades de referência e universidades de prestígio.

O conteúdo multimídia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, permitirá ao profissional uma aprendizagem contextualizada, ou seja, realizada através de um ambiente simulado, proporcionando uma capacitação imersiva e programada para praticar diante de situações reais.

A estrutura deste programa se concentra na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o profissional deverá resolver as diferentes situações de prática profissional que surgirem ao longo do curso acadêmico. Para isso, contará com a ajuda de um inovador sistema de vídeo interativo realizado por especialistas reconhecidos.

Graças a esta capacitação, você aprenderá sobre os mecanismos atualizados do Direito Internacional para combater a pena de morte.

Estude de forma 100% online e sem a necessidade de se deslocar até um centro de estudos.



02

Objetivos

A TECH criou este Mestrado Próprio com a ideia de permitir que os alunos se aprofundem nos aspectos cruciais dos Direitos Humanos aplicados à migração, às questões de gênero ou ao ciberespaço. Tudo isso, aproveitando um conjunto de materiais didáticos elaborados por especialistas com ampla experiência profissional na área jurídica.



“

Mantenha-se atualizado sobre a proteção dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+ graças a este programa da TECH"



Objetivos gerais

- ♦ Analisar os fundamentos da lei internacional de Direitos Humanos e as mudanças que ela trouxe para o Direito Internacional Público
- ♦ Estudar em profundidade os mecanismos de controle dos Direitos Humanos presentes na Europa, América e África
- ♦ Desenvolver conhecimento sobre os direitos dos povos nativos a partir de uma perspectiva integral
- ♦ Identificar os diferentes mecanismos para garantir os Direitos Humanos para a proteção das mulheres e da comunidade LGBTQIA+
- ♦ Aprofundar conhecimentos sobre a estrutura jurídica internacional e europeia que regulamenta o espaço cibernético, com ênfase especial na proteção dos Direitos Humanos
- ♦ Analisar a relação entre negócios e Direitos Humanos
- ♦ Ampliar o conhecimento do Direito Internacional Humanitário



Interprete perfeitamente o funcionamento dos procedimentos de asilo na União Europeia"



Objetivos específicos

Módulo 1. Proteção universal dos Direitos Humanos

- ♦ Analisar o conteúdo e o escopo da Declaração Universal dos Direitos Humanos
- ♦ Identificar os instrumentos de implementação nacional das diferentes fontes do Direito Internacional e do Direito da União Europeia em relação aos Direitos Humanos

Módulo 2. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos de Caráter Regional

- ♦ Determinar e identificar os direitos e as liberdades protegidos na União Europeia e seus mecanismos de proteção
- ♦ Analisar o funcionamento dos sistemas europeu, interamericano e africano de proteção dos Direitos Humanos
- ♦ Entender a cultura asiática e islâmica e sua compreensão dos Direitos Humanos

Módulo 3. Direito ao Desenvolvimento, recursos naturais e povos indígenas

- ♦ Aprofundar conhecimentos sobre a segurança alimentar, a soberania alimentar e o direito à alimentação
- ♦ Investigar os desafios mais atuais da legislação agroalimentar
- ♦ Conhecer os instrumentos internacionais de combate à pobreza, as necessidades rurais e as políticas sociais

Módulo 4. Gênero, identidade e diversidade

- ♦ Analisar a evolução histórica dos direitos humanos relacionados ao gênero
- ♦ Analisar os principais casos internacionais sobre a proteção dos Direitos Humanos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+

Módulo 5. Fluxos migratórios e Direitos Humanos

- ♦ Aprofundar conhecimentos sobre o funcionamento dos procedimentos de asilo na União Europeia
- ♦ Abordar o regime aplicável a migrantes e refugiados
- ♦ Determinar o funcionamento do regime de vistos de Schengen

Módulo 6. Combate à pena de morte: novos instrumentos de Direito Internacional

- ♦ Examinar a jurisprudência internacional relacionada às várias fases do processo capital e sua eventual expansão para os judiciários nacionais
- ♦ Identificar os instrumentos internacionais que podem ser usados para combater a pena de morte

Módulo 7. Proteção dos Direitos Humanos no Ciberespaço

- ♦ Aprofundar conhecimentos sobre a implementação do RGPD e seu impacto sobre a proteção de dados e a privacidade online
- ♦ Analisar acordos e tratados de proteção de dados entre a União Europeia e países terceiros
- ♦ Analisar a natureza e os desafios legais dos metaversos e mundos virtuais em relação aos Direitos Humanos

Módulo 8. Cidadania e Segurança na Era Digital

- ♦ Analisar as principais ameaças no espaço digital
- ♦ Determinar como a Inteligência Artificial está influenciando os processos de paz no âmbito internacional
- ♦ Estabelecer o impacto da segurança cibernética estatal nos direitos dos cidadãos

Módulo 9. Empresas e Direitos Humanos

- ♦ Analisar o escopo dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
- ♦ Determinar a função das partes interessadas nos processos de due diligence e remediação

Módulo 10. Conflitos armados e Direitos Humanos

- ♦ Analisar os limites do uso de armas em combate
- ♦ Analisar os diferentes casos de violações do Direito Internacional Humanitário, incluindo vítimas civis e o impacto no meio ambiente
- ♦ Estabelecer como os diferentes tribunais de crimes de guerra estão organizados e quais são as funções desses tribunais

03

Competências

Esta capacitação foi desenvolvida para proporcionar aos alunos as habilidades necessárias para identificar, interpretar e defender os Direitos Humanos em diferentes contextos socioculturais, bem como em ambientes digitais de destaque. Dessa forma, usufruindo de uma inovadora metodologia acadêmica 100% online, o profissional estará preparado para enfrentar os mais exigentes desafios que surgem em seu setor.



“

Amplie suas habilidades jurídicas em apenas 12 meses e através de uma metodologia educacional inovadora"



Competências gerais

- ♦ Analisar a realidade da pena de morte no mundo e as mudanças que ocorreram na capacidade dos estados
- ♦ Identificar as áreas emergentes no campo do Direito Digital e dos Direitos Humanos e prever possíveis desenvolvimentos e desafios futuros
- ♦ Enfrentar novos desafios no campo da identidade de gênero, expressão de gênero e Direitos Humanos
- ♦ Determinar os direitos e as obrigações dos estados no campo das questões de asilo e refúgio





Competências específicas

- ♦ Aplicar os princípios dos Direitos Humanos dos povos indígenas em situações da vida real
- ♦ Interpretar instrumentos para acelerar o desaparecimento da pena de morte
- ♦ Lidar com os instrumentos legais usados para acelerar o desaparecimento da pena de morte
- ♦ Estudar respostas normativas a fenômenos digitais emergentes, como discriminação algorítmica, moderação de conteúdo e governança da Internet
- ♦ Desenvolver estratégias de defesa para vítimas de conflitos armados



Aperfeiçoe suas habilidades na interpretação e defesa dos Direitos Humanos com esta capacitação"



04

Direção do curso

Com a ideia de oferecer o mais alto nível acadêmico a todos os seus cursos, a TECH selecionou um excelente grupo de especialistas na área jurídica para lecionar este Mestrado Próprio. Esses profissionais, que atuam em diferentes áreas do Direito, serão responsáveis por elaborar o conteúdo do programa. Portanto, todo o conhecimento que será transmitido aos alunos estará completamente atualizado.





“

Amplie seu conhecimento no campo dos Direitos Humanos com especialistas com uma longa trajetória no âmbito jurídico”

Direção



Dr. Víctor Luis Gutiérrez Castillo

- ♦ Pesquisador especialista em Direito Comum Europeu e Estudos Internacionais
- ♦ Chefe do Escritório da Presidência do Governo Regional da Andaluzia
- ♦ Consultor jurídico para instituições públicas
- ♦ Membro da Real Academia de Jurisprudência e Legislação da Espanha
- ♦ Membro do Comitê Científico do Instituto *Economique du Droit de la Mer* de Mônaco
- ♦ Doutorado Europeu em Direito

Professores

Dra. Rabía M'Rabet Temsamani

- ♦ Pesquisadora especializada em Direito do Mar
- ♦ Docente de cursos de graduação e pós-graduação
- ♦ Doutorado em Direito
- ♦ Mestrado em Conjunto de Relações Euro-Mediterrâneas

Dr. Miguel Ángel Martín López

- ♦ Pesquisador especializado em Direito Internacional Geral e Direito Agrário
- ♦ Técnico de Cooperação Internacional do Conselho Provincial de Córdoba
- ♦ Autor de diversas publicações científicas
- ♦ Docente em estudos universitários
- ♦ Doutorado em Direito

Sra. Lorena Caller Tramullas

- ♦ Pesquisadora e especialista em questões de gênero e Direitos Humanos
- ♦ Membro dos grupos científicos DECOMESI e SICA
- ♦ Prêmio Luis García Portero 2022 da Real Academia de Jurisprudência e Legislação de Granada
- ♦ Mestrado em Justiça Penal e Sistemas Penitenciários

Dr. Antonio Muñoz Aunió

- ♦ Pesquisador especialista em Direitos Humanos
- ♦ Diretor Executivo, Rede Acadêmica Internacional contra a Pena de Morte
- ♦ Consultor da Comissão Internacional para a Abolição da Pena de Morte
- ♦ Autor de diversos artigos científicos sobre Direitos Humanos
- ♦ Doutorado em Direito Internacional Público pela Universidade Carlos III de Madri
- ♦ Mestrado em Direito da União Europeia pela Universidade Carlos III de Madri

Sr. Damián Tuset Varela

- ♦ Pesquisador especializado em proteção de dados no ciberespaço
- ♦ Chefe de Seção na Secretaria Técnica Geral do Ministério de Relações Exteriores e União Europeia e Cooperação
- ♦ Docente em estudos universitários
- ♦ Mestrado em Direito Público e Administração Pública
- ♦ Mestrado em Ciências e Direito

Sr. Jordi Herrera Bolaños

- ♦ Advogado especialista em Direito Internacional Público
- ♦ Consultor jurídico do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos
- ♦ Consultor jurídico da Comunidade Urbana de Bordeaux
- ♦ Mestrado em Criminologia e Ciências Forenses pela Universidade Pablo de Olavide
- ♦ Mestrado em União Europeia (especialista em Direito) pela UNED
- ♦ Programa Avançado de Direitos Humanos e Democratização pela Universidade de Sevilha

05

Estrutura e conteúdo

O programa desta capacitação é composto por 10 módulos nos quais o aluno analisará os aspectos mais relevantes e atuais dos Direitos Humanos aplicados a diferentes contextos sociais. Além disso, o aluno se beneficiará dos materiais de aprendizagem disponíveis em formatos como vídeo, leituras ou resumos interativos, com a ideia de poder adaptar o estudo às suas necessidades acadêmicas específicas.



“

Otimize sua aprendizagem por meio de formatos de estudo agradáveis, como vídeo explicativo, resumo interativo ou simulação de casos reais”

Módulo 1. Proteção universal dos Direitos Humanos

- 1.1. Antecedentes dos Direitos Humanos
 - 1.1.1. Direitos Humanos em perspectiva histórica
 - 1.1.2. Direitos Humanos e a sociedade internacional contemporânea
 - 1.1.3. A Carta da ONU e os Direitos Humanos
- 1.2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)
 - 1.2.1. Contexto histórico da DUDH e o processo de adoção da DUDH
 - 1.2.2. Estrutura e conteúdo da DUDH
 - 1.2.3. Valor jurídico da DUDH
- 1.3. Declaração Internacional de Direitos Humanos
 - 1.3.1. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
 - 1.3.2. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
 - 1.3.3. Protocolos facultativos aos Pactos
- 1.4. Proteção internacional do princípio de igualdade e não discriminação
 - 1.4.1. Eliminação Internacional de Todas as Formas de Discriminação Racial
 - 1.4.2. Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (EVAW)
 - 1.4.3. Eliminação da discriminação por deficiência
- 1.5. Proteção internacional de grupos específicos
 - 1.5.1. Proteção Internacional da Criança
 - 1.5.2. Proteção internacional de refugiados
 - 1.5.3. Proteção internacional de Minorias
- 1.6. Proteção internacional da dignidade e integridade do indivíduo e de suas famílias
 - 1.6.1. A proibição internacional contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
 - 1.6.2. A proteção de todas as pessoas contra desaparecimentos forçados
 - 1.6.3. Proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias
- 1.7. Mecanismos internacionais derivados dos órgãos de Direitos Humanos da Carta
 - 1.7.1. O Conselho de Direitos Humanos
 - 1.7.2. Exame Periódico Universal
 - 1.7.3. Procedimentos especiais

- 1.8. Interpretação dos tratados internacionais de Direitos Humanos da ONU pelos Comitês
 - 1.8.1. Os órgãos de tratados internacionais de Direitos Humanos das Nações Unidas: competência em questões de Direitos Humanos
 - 1.8.2. Mecanismos de proteção dos Direitos Humanos estabelecidos em tratados e protocolos opcionais
 - 1.8.3. Requisitos do procedimento de reclamações individuais perante os Comitês de Direitos Humanos
- 1.9. Outros tratados internacionais de Direitos Humanos de natureza geral adotados pela ONU
 - 1.9.1. Escopo e número de Estados parte
 - 1.9.2. Os órgãos de tratados internacionais de Direitos Humanos das Nações Unidas: competência em questões de Direitos Humanos
 - 1.9.3. Mecanismos de proteção dos Direitos Humanos estabelecidos em tratados e protocolos opcionais
- 1.10. O papel da Sociedade Civil (SC) na proteção internacional dos Direitos Humanos
 - 1.10.1. Manifestações da sociedade civil na sociedade internacional contemporânea
 - 1.10.2. Participação da SC em mecanismos oficiais de proteção
 - 1.10.3. Outras formas de controle e monitoramento

Módulo 2. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos de Caráter Regional

- 2.1. Universalismo x regionalismo na proteção internacional dos Direitos Humanos
 - 2.1.1. Sistema de proteção internacional no continente europeu
 - 2.1.2. Sistema de proteção internacional no continente americano
 - 2.1.3. Sistema de proteção internacional no continente africano
- 2.2. Organizações internacionais para a proteção dos Direitos Humanos no continente europeu
 - 2.2.1. A Convenção Europeia sobre Direitos Humanos e seus protocolos
 - 2.2.2. Outras convenções de Direitos Humanos adotadas no âmbito do Conselho da Europa
 - 2.2.3. Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH): jurisdição, estrutura e organização
- 2.3. Organizações internacionais para a proteção dos Direitos Humanos no continente americano
 - 2.3.1. Contexto histórico de sua criação
 - 2.3.2. Os instrumentos normativos do sistema interamericano
 - 2.3.3. Os direitos e as liberdades reconhecidos

- 2.4. Organizações internacionais para a proteção dos Direitos Humanos no continente africano
 - 2.4.1. Contexto histórico de sua criação
 - 2.4.2. Os instrumentos normativos do sistema interamericano
 - 2.4.3. Os direitos e as liberdades reconhecidos
- 2.5. Tribunais internacionais em sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos
 - 2.5.1. Corte Africana de Direitos Humanos
 - 2.5.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos
 - 2.5.3. Tribunal Europeu de Proteção dos Direitos Humanos
- 2.6. Proteção internacional dos Direitos Humanos e organizações de integração internacional
 - 2.6.1. No âmbito do Mercosul
 - 2.6.2. No âmbito da União Europeia
 - 2.6.3. Outros sistemas de integração
- 2.7. Procedimentos de reclamações e o valor das sentenças de tribunais internacionais
 - 2.7.1. O procedimento de reclamações e o valor das sentenças do TEDH
 - 2.7.2. O procedimento de reclamações e o valor das sentenças da CIDH
 - 2.7.3. O procedimento de reclamações e o valor das sentenças da CIADH
- 2.8. Iniciativas e desafios para a proteção dos direitos humanos no Oriente
 - 2.8.1. Perspectiva asiática sobre a proteção dos Direitos Humanos
 - 2.9.2. ASEAN. Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos
 - 2.9.3. Iniciativas e desafios para a proteção dos Direitos Humanos na Ásia
- 2.9. A proteção dos Direitos Humanos no mundo árabe-islâmico
 - 2.9.1. Proteção dos Direitos Humanos no mundo árabe-islâmico
 - 2.9.2. Os instrumentos normativos do sistema interamericano
 - 2.9.3. Recepção da norma internacional sobre a proteção dos Direitos Humanos
- 2.10. A Corte Penal Internacional e outros tribunais penais internacionais
 - 2.10.1. A Corte Penal Internacional e outros tribunais penais internacionais
 - 2.10.2. Composição
 - 2.10.3. Funcionamento

Módulo 3. Direito ao Desenvolvimento, recursos naturais e povos indígenas

- 3.1. Direito ao Desenvolvimento
 - 3.1.1. Direito ao Desenvolvimento
 - 3.1.2. Princípio da Soberania Permanente dos Povos sobre seus Recursos Naturais
 - 3.1.3. Direito ao Desenvolvimento: Conteúdo e elementos principais
 - 3.1.3.1. A Declaração da ONU de 4 de dezembro de 1986
- 3.2. Direito à alimentação
 - 3.2.1. Situação da segurança alimentar mundial
 - 3.2.2. O direito à alimentação: Conteúdo e textos de desenvolvimento
 - 3.2.3. Desafios atuais para o direito à alimentação
- 3.3. Direito à água
 - 3.3.1. Visão geral dos recursos hídricos e da água no mundo atual
 - 3.3.2. O direito à água: Conteúdo e perspectivas de consolidação
 - 3.3.3. Águas oceânicas: Necessidade e progresso em sua proteção
- 3.4. Proteção internacional dos camponeses
 - 3.4.1. Pobreza rural mundial
 - 3.4.2. A Declaração das Nações Unidas de 18 de dezembro de 2018. Perspectivas de desenvolvimento
 - 3.4.3. A criação e a reivindicação de um direito à terra
- 3.5. Povos indígenas na sociedade internacional
 - 3.5.1. A situação dos povos indígenas em todo o mundo
 - 3.5.2. O caminho para o reconhecimento de seus direitos. Antecedentes. Convenção da OIT sobre Povos Indígenas de 1989
 - 3.5.3. A Declaração Universal sobre os Direitos dos Povos Indígenas
- 3.6. Reconhecimento internacional dos direitos dos povos indígenas
 - 3.6.1. Direito ao território, aos recursos naturais e aos locais sagrados
 - 3.6.2. Direitos políticos e culturais: educação, cultura e autodeterminação
 - 3.6.3. Direitos de participação e consulta: Consentimento livre, prévio e informado
- 3.7. Sistemas internacionais para a proteção regional de povos indígenas
 - 3.7.1. Proteção dos direitos dos povos indígenas no sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos
 - 3.7.2. A Declaração Americana e estudos de caso
 - 3.7.3. Referência à situação em outras áreas geográficas: África e Europa

- 3.8. Situação das mulheres rurais e indígenas
 - 3.8.1. Visão geral da situação das mulheres rurais: perspectivas e áreas de ação
 - 3.8.2. Visão geral da situação das mulheres indígenas: perspectivas e áreas de ação
 - 3.8.3. Estudos de caso e propostas
- 3.9. Estrutura do Sistema das Nações Unidas para Ação sobre esses direitos
 - 3.9.1. Mecanismos do sistema da ONU
 - 3.9.2. Relatores especiais das Nações Unidas: Direito à alimentação, água, povos indígenas, etc
 - 3.9.3. O trabalho do Fórum Permanente sobre questões Indígenas da ONU
- 3.10. Outras estruturas de ação: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)
 - 3.10.1. A contribuição dos ODSs: potencial, prática, análise geral
 - 3.10.2. ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero) e 6 (água e saneamento)
 - 3.10.3. O trabalho da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Módulo 4. Gênero, identidade e diversidade

- 4.1. O princípio da igualdade e da não discriminação na sociedade internacional
 - 4.1.1. Limites à discriminação
 - 4.1.2. Categorias de proteção
 - 4.1.3. Prática internacional
- 4.2. Proteção internacional às mulheres
 - 4.2.1. Antecedentes da Proteção Internacional da Mulher
 - 4.2.2. A Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979
 - 4.2.3. O trabalho da CEDAW
- 4.3. Influências culturais e a proteção internacional da mulher
 - 4.3.1. A proteção das mulheres no sistema europeu de proteção dos Direitos Humanos
 - 4.3.2. A proteção da mulher no sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos
 - 4.3.3. A situação das mulheres no sistema africano de proteção dos Direitos Humanos e dos Povos
- 4.4. Gênero e diversidade: novos espaços para a proteção internacional
 - 4.4.1. Categorias e diferenças conceituais
 - 4.4.2. Estrutura jurídica convencional de proteção
 - 4.4.3. Prática internacional

- 4.5. Identidade e expressão de gênero: Igualdade
 - 4.5.1. Categorias e diferenças conceituais
 - 4.5.2. Identidade de gênero
 - 4.5.3. Intersexualidade
- 4.6. Transexualidade: reconhecimento e proteção internacional
 - 4.6.1. Termos e classificações
 - 4.6.2. Estrutura jurídica internacional
 - 4.6.3. Proteção através de jurisprudência internacional
- 4.7. Proteção internacional do direito ao casamento e à formação de uma família
 - 4.7.1. Evolução internacional da regulamentação familiar
 - 4.7.2. *Ius connubi* e o *nubendi*
 - 4.7.3. Proteção internacional em sistemas regionais
- 4.8. A proteção dos relacionamentos afetivos e familiares
 - 4.8.1. Origens da proteção familiar
 - 4.8.2. Evolução internacional na proteção de relacionamentos afetivos
 - 4.8.3. Prática internacional
- 4.9. Novas formas de violação dos Direitos Humanos: terapias de conversão
 - 4.10.1. Organização Mundial da Saúde
 - 4.10.2. Prática internacional
 - 4.10.3. Iniciativas internacionais para sua eliminação
- 4.10. Barriga de aluguel e Direitos Humanos
 - 4.10.1. Técnicas de reprodução assistida
 - 4.10.2. Sistemas regulatórios no âmbito internacional
 - 4.10.3. Tendências abolicionistas

Módulo 5. Fluxos migratórios e Direitos Humanos

- 5.1. Fluxos de migração internacional
 - 5.1.1. Organização Internacional de Migração
 - 5.1.2. Tendências Internacionais
 - 5.1.3. Interação dos fluxos migratórios com outros desafios globais
- 5.2. O direito de buscar e receber asilo
 - 5.2.1. Origens históricas
 - 5.2.2. Surgimento e evolução do asilo diplomático
 - 5.2.3. Cristalização do asilo como um direito humano em instrumentos internacionais

- 5.3. A aplicação internacional do asilo no mundo
 - 5.3.1. O direito de buscar asilo e sua aplicação no continente europeu
 - 5.3.2. O direito de buscar asilo e sua aplicação no continente americano
 - 5.3.3. O direito de solicitar asilo e sua aplicação no continente africano
- 5.4. A condição de refugiado como um regime de proteção universal
 - 5.4.1. Categorias internacionais de proteção
 - 5.4.2. Novos desafios: proteção da comunidade LGBTQIA+
 - 5.4.3. Novos desafios: mudança climática e deslocamento de desastres
- 5.5. Políticas internacionais de migração e asilo
 - 5.5.1. Origens
 - 5.5.2. Crises migratórias e impulsos políticos
 - 5.5.3. Competências em organizações internacionais de integração
- 5.6. Processos de integração: Liberdade de movimento e fronteiras
 - 5.6.1. Liberdade de circulação
 - 5.6.2. O espaço Schengen
 - 5.6.3. Restabelecimento das fronteiras interiores no âmbito s
- 5.7. Agências e controle de fronteiras
 - 5.7.1. Agências europeias de controle de fronteiras
 - 5.7.2. Órgãos europeus que garantem a proteção de DDFF
 - 5.7.3. Cooperação entre agências europeias e nacionais
- 5.8. Dimensão externa do controle de fronteiras externas
 - 5.8.1. União Europeia e países vizinhos
 - 5.8.2. União Europeia e países terceiros
 - 5.8.3. União Europeia e América Latina
- 5.9. Controle de fronteiras e Direitos Humanos
 - 5.9.1. União Europeia e o sistema europeu de proteção de Direitos Humanos
 - 5.9.2. Responsabilidade das agências europeias
 - 5.9.3. Jurisprudência internacional e a relação entre os tribunais internacionais
- 5.10. Combate ao contrabando de migrantes na sociedade internacional
 - 5.10.1. Situação internacional do crime organizado
 - 5.10.2. Instrumentos internacionais
 - 5.10.3. Instrumentos regionais

Módulo 6. Combate à pena de morte: novos instrumentos de Direito Internacional

- 6.1. Evolução na regulamentação da pena de morte
 - 6.1.1. Aspectos terminológicos e conceituais
 - 6.1.2. A pena de morte na Idade Média
 - 6.1.3. A pena de morte na era moderna
- 6.2. O processo de abolição da pena de morte
 - 6.2.1. A moratória do Reino Unido
 - 6.2.2. Impulso político. França
 - 6.2.3. O papel da União Europeia
- 6.3. Progressos da ONU
 - 6.3.1. Relatórios de relatores e especialistas
 - 6.3.2. Instrumentos convencionais
 - 6.3.3. Revisão Periódica Universal
- 6.4. Instrumentos de cooperação internacional na luta contra a pena capital
 - 6.4.1. Instrumentos comerciais
 - 6.4.2. Rejeição de extradição por crimes com pena capital
 - 6.4.3. Negação da cooperação antiterrorista com os países retencionistas
- 6.5. Efeitos da Jurisdição Internacional no Processo Abolicionista
 - 6.5.1. Tribunal Europeu de Direitos Humanos
 - 6.5.2. Tribunal Internacional de Justiça
 - 6.5.3. Corte Interamericana
- 6.6. O papel das Organizações Regionais na luta contra a pena capital
 - 6.6.1. Conselho da Europa - Convenção Europeia sobre Direitos Humanos e Protocolos Opcionais
 - 6.6.2. OEA – Pacto de San José
 - 6.6.3. União Africana - Carta Africana de Direitos Humanos
- 6.7. Proibição global da tortura como modelo para o desaparecimento da pena capital
 - 6.7.1. A tortura como uma afronta à dignidade humana
 - 6.7.2. O corredor da morte como uma forma de tortura
 - 6.7.3. Tecnologia a serviço da pena capital. Um refinamento da tortura

- 6.8. Diplomacia e política internacional na luta contra a pena de morte
 - 6.8.1. O clube dos países retencionistas
 - 6.8.2. Garantias diplomáticas e seus efeitos
 - 6.8.3. A ação abolicionista do Serviço de Ação Exterior
- 6.9. A ação de novos agentes
 - 6.9.1. A Comissão Internacional contra a Pena de Morte
 - 6.9.2. REPECAP- *Academicsforabolition*
 - 6.9.3. *Ensemble contre la peine de mort*
- 6.10. Perspectivas futuras. O fim da crueldade
 - 6.10.1. A abordagem multidisciplinar
 - 6.10.2. O debate interparlamentar
 - 6.10.3. Outras estratégias

Módulo 7. Proteção dos Direitos Humanos no Ciberespaço

- 7.1. Direito Digital
 - 7.1.1. Ciberespaço e Direitos Humanos
 - 7.1.2. Atores e *Stakeholders* no ciberespaço
 - 7.1.3. Desafios atuais do Direito Internacional Digital
- 7.2. O RGPD: Pilar da Proteção de Dados
 - 7.2.1. Origens, objetivos e princípios do RGPD no continente europeu
 - 7.2.2. Direitos dos interessados e obrigações dos controladores
 - 7.2.3. Transferências internacionais de dados de acordo com o RGPD
- 7.3. Regulamentos relacionados
 - 7.3.1. Diretiva ePrivacy e sua relação com o RGPD
 - 7.3.2. Decisão de adequação e outros mecanismos de transferência
 - 7.3.3. Futuro da proteção de dados: propostas e debates
- 7.4. Liberdade de Expressão no Ciberespaço
 - 7.4.1. Estrutura legal de proteção e princípios orientadores
 - 7.4.2. Desinformação e *fake news*
 - 7.4.3. Controle e moderação de conteúdo em plataformas digitais
- 7.5. Acordos de proteção de dados entre a UE e os EUA
 - 7.5.1. Safe Harbor e sua invalidação
 - 7.5.2. O Escudo de Privacidade (*Privacy Shield*) e sua evolução
 - 7.5.3. Últimos acordos transatlânticos de transferência de dados

- 7.6. Acesso digital e Direito à Informação
 - 7.6.1. Brecha Digital e Direitos Humanos
 - 7.6.2. Direito ao acesso à Internet e às informações digitais
 - 7.6.3. Inclusão digital e desafios futuros
- 7.7. Governança da Internet e Direitos Humanos
 - 7.7.1. Órgãos e estruturas de governança
 - 7.7.2. Neutralidade da rede
 - 7.7.3. Governança da Internet. Futuro
- 7.8. Discriminação e violência online
 - 7.8.1. Estrutura legal contra a discriminação e o assédio online
 - 7.8.2. Casos emblemáticos e respostas judiciais
 - 7.8.3. Papel das plataformas na prevenção e resposta
- 7.9. Metaverso e mundos virtuais: Nova fronteira do Direito Digital
 - 7.9.1. Abordagem conceitual do Metaverso
 - 7.9.2. Direitos Humanos em mundos virtuais
 - 7.9.3. Desafios legais e éticos do Metaverso
- 7.10. Direito Internacional Digital. Conclusões e Perspectivas Futuras
 - 7.10.1. Desafios e oportunidades do Direito Internacional Digital
 - 7.10.2. Impacto dos futuros desenvolvimentos tecnológicos nos Direitos Humanos
 - 7.10.3. Implicações éticas e legais da evolução digital

Módulo 8. Cidadania e Segurança na Era Digital

- 8.1. Cidadania na Sociedade Internacional
 - 8.1.1. Evolução do conceito de cidadania
 - 8.1.2. Direitos e responsabilidades dos cidadãos
 - 8.1.3. Processos de integração internacional e cidadania
- 8.2. Cidadania digital
 - 8.2.1. Cidadania digital
 - 8.2.2. Direitos digitais e defesa global
 - 8.2.3. Proteção de grupos vulneráveis no mundo digital
- 8.3. Ameaças no espaço cibernético
 - 8.3.1. Implicações dos Direitos Humanos: privacidade e proteção de dados
 - 8.3.2. Crimes cibernéticos transnacionais e jurisdição internacional
 - 8.3.3. Detecção e prevenção de ataques cibernéticos

- 8.4. Segurança cibernética estatal e defesa
 - 8.4.1. Estratégias de defesa cibernética e ataque cibernético entre nações
 - 8.4.2. Acordos e tratados internacionais de segurança cibernética
 - 8.4.3. O espaço cibernético na geopolítica atual: atores estatais e não estatais
- 8.5. Inteligência e Inteligência Artificial (IA) em Relações Internacionais
 - 8.5.1. Inteligência em Relações Internacionais e a integração da OIA
 - 8.5.2. Mudanças depois do 11 de setembro nos serviços de inteligência e adaptação à era digital
 - 8.5.3. Desafios para a comunidade de inteligência: Direitos civis e estados de emergência
- 8.6. Inteligência Artificial (IA) na área de Direitos Humanos
 - 8.6.1. Direitos Humanos e Risco de Discriminação em Controles Automatizados
 - 8.6.2. Regulamentações internacionais e ética no uso de IA
 - 8.6.3. Uso de IA para monitoramento e segurança de fronteiras
- 8.7. Conflito armado na era digital
 - 8.7.1. O papel emergente da IA nas estratégias de guerra e táticas militares
 - 8.7.2. Considerações éticas e legais sobre a autonomia em armas letais
 - 8.7.3. Regulamentação internacional da tecnologia de combate baseada em IA
- 8.8. Resolução de conflitos internacionais por meio de Inteligência Artificial (IA)
 - 8.8.1. Uso de IA na mediação e no monitoramento de acordos de paz
 - 8.8.2. A IA em contextos pós-conflito
 - 8.8.3. Exemplo prático: sucesso e fracasso da IA em cenários de negociação
- 8.9. Cooperação internacional e inteligência artificial (IA)
 - 8.9.1. IA em Diplomacia e Cooperação Multilateral
 - 8.9.2. Acordos globais sobre o desenvolvimento e o uso de IA
 - 8.9.3. Criação e promulgação de normas internacionais no espaço cibernético
- 8.10. Conectividade global, descentralização e autonomia digital
 - 8.10.1. Internet de las Cosas (IoT), Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR): oportunidades e riscos
 - 8.10.2. Direitos Humanos na era das tecnologias imersivas
 - 8.10.3. Regulamentação internacional e política pública diante das novas tecnologias

Módulo 9. Empresas e Direitos Humanos

- 9.1. As empresas transnacionais na Sociedade Internacional
 - 9.1.1. Relação entre empresas e Direitos Humanos
 - 9.1.2. Empresas como agentes não estatais na estrutura de Direitos Humanos
 - 9.1.3. Responsabilidade social corporativa vs. negócios e Direitos Humanos
- 9.2. Instrumentos internacionais de negócios e Direitos Humanos
 - 9.2.1. Pacto Global da ONU
 - 9.2.2. As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais
 - 9.2.3. Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos
- 9.3. O Pilar dos Princípios Orientadores: a obrigação do Estado de proteger
 - 9.3.1. Obrigações do Estado e prevenção de abusos por parte das empresas
 - 9.3.2. Empresas estatais e licitações públicas
 - 9.3.3. Coerência entre as políticas públicas
- 9.4. Pilar II dos Princípios Orientadores: a responsabilidade corporativa de respeitar
 - 9.4.1. Políticas empresariais e medidas de transparência
 - 9.4.2. Respeito e prevenção por parte das empresas por meio de due diligence
 - 9.4.3. Mecanismos internos de correção
- 9.5. Pilar III dos Princípios Orientadores: o dever de remediar
 - 9.5.1. Solução eficaz
 - 9.5.2. Mecanismos de remediação judicial
 - 9.5.3. Mecanismos de remediação extrajudicial
- 9.6. Diligência prévia em Direitos Humanos
 - 9.6.1. Diligência prévia
 - 9.6.2. O papel das partes interessadas
 - 9.6.3. Implementação da due diligence na prática
- 9.7. Iniciativas internacionais para a regulamentação da diligência prévia de Direitos Humanos internacionais
 - 9.7.1. Desenvolvimentos regulatórios sobre due diligence obrigatória no continente europeu
 - 9.7.2. A minuta da diretriz europeia sobre due diligence de sustentabilidade corporativa
 - 9.7.3. Outras iniciativas setoriais

- 9.8. Processo para um tratado vinculativo sobre empresas e Direitos Humanos
 - 9.8.1. Contexto do tratado no trabalho da ONU
 - 9.8.2. Primeiras minutas do tratado
 - 9.8.3. Relação do tratado com outros instrumentos
- 9.9. Empresas, Direitos Humanos e defensores
 - 9.9.1. As empresas e os defensores dos Direitos Humanos
 - 9.9.2. O problema das SLAPPs (demandas estratégicas contra a participação pública)
 - 9.9.3. O envolvimento necessário das partes interessadas
- 9.10. Empresas em situações de conflito armado
 - 9.10.1. Maior diligência prévia em situações de conflito armado e alto risco
 - 9.10.2. Crimes internacionais e cumplicidade corporativa
 - 9.10.3. O conceito de saída responsável

Módulo 10. Conflitos armados e Direitos Humanos

- 10.1. Direito Internacional Humanitário
 - 10.1.1. Direito Humanitário de Guerra (ius in bello)
 - 10.1.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 10.1.3. O ius contra bellum
- 10.2. Normas e princípios básicos do Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 10.2.1. Princípio de humanidade
 - 10.2.2. Princípio de distinção
 - 10.2.3. Princípio de limitação
- 10.3. Proteção das vítimas por meio da regulamentação da condução das hostilidades
 - 10.3.1. Conflitos armados internacionais
 - 10.3.2. Conflitos armados não internacionais
 - 10.3.3. A evolução dos tipos de conflito
- 10.4. Proteção das várias categorias de vítimas por meio de sua identificação
 - 10.4.1. Feridos e doentes
 - 10.4.2. Náufragos
 - 10.4.3. Prisioneiros de guerra e civis
- 10.5. Proteção de vítimas e bens particularmente vulneráveis
 - 10.5.1. Mulheres e crianças
 - 10.5.2. Refugiados, pessoas deslocadas e jornalistas
 - 10.5.3. Bens culturais e o meio ambiente





- 10.6. O sistema de eficácia do DIH
 - 10.6.1. Instrumentos internacionais
 - 10.6.2. Análise da recepção de instrumentos internacionais
 - 10.6.3. A prática
- 10.7. Crimes de guerra e a responsabilidade criminal internacional do indivíduo
 - 10.7.1. Origens
 - 10.7.2. Evolução da regulamentação
 - 10.7.3. Tribunais internacionais que sancionam com jurisdição para julgar crimes de guerra
- 10.8. Limitações ao uso de determinadas armas em hostilidades
 - 10.8.1. A Declaração de São Petersburgo de 1868
 - 10.8.2. Regulamentos e costumes de Haia
 - 10.8.3. As Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional I
- 10.9. O meio ambiente e o DIH
 - 10.9.1. O princípio geral da Proteção Ambiental
 - 10.9.2. Direito ambiental e sua aplicação
 - 10.9.3. Outras convenções internacionais
- 10.10. Movimento Internacional da Cruz Vermelha
 - 10.10.1. Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
 - 10.10.2. Princípios do movimento da Cruz Vermelha
 - 10.10.3. Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Matricule-se neste Mestrado Próprio e se posicione na vanguarda da defesa dos Direitos Humanos em diferentes contextos sociais"

06

Metodologia

Este curso oferece uma maneira diferente de aprender. Nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: **o Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas faculdades de medicina mais prestigiadas do mundo e foi considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações científicas, como o ***New England Journal of Medicine***.



“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para realizá-la através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que se mostrou extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização"

Estudo de caso para contextualizar todo o conteúdo

Nosso programa oferece um método revolucionário para desenvolver as habilidades e o conhecimento. Nosso objetivo é fortalecer as competências em um contexto de mudança, competitivo e altamente exigente.

“ Com a TECH você irá experimentar uma forma de aprender que está revolucionando as bases das universidades tradicionais em todo o mundo ”



Você terá acesso a um sistema de aprendizagem baseado na repetição, por meio de um ensino natural e progressivo ao longo de todo o programa.



Um método de aprendizagem inovador e diferente

Este curso da TECH é um programa de ensino intensivo, criado do zero, que propõe os desafios e decisões mais exigentes nesta área, em âmbito nacional ou internacional. Através desta metodologia, o crescimento pessoal e profissional é impulsionado em direção ao sucesso. O método do caso, técnica que constitui a base deste conteúdo, garante que a realidade econômica, social e profissional mais atual seja adotada.

“*Nosso programa prepara você para enfrentar novos desafios em ambientes incertos e alcançar o sucesso na sua carreira*”

Através de atividades de colaboração e casos reais, o aluno aprenderá a resolver situações complexas em ambientes reais de negócios.

O método do caso é o sistema de aprendizagem mais utilizado nas principais escolas de negócios do mundo, desde que elas existem. Desenvolvido em 1912 para que os estudantes de Direito não aprendessem a lei apenas com base no conteúdo teórico, o método do caso consistia em apresentar-lhes situações realmente complexas para que tomassem decisões conscientes e julgassem a melhor forma de resolvê-las. Em 1924 foi estabelecido como o método de ensino padrão em Harvard.

Em uma determinada situação, o que um profissional deveria fazer? Esta é a pergunta que abordamos no método do caso, um método de aprendizagem orientado para a ação. Ao longo do curso, os alunos vão se deparar com múltiplos casos reais. Terão que integrar todo o conhecimento, pesquisar, argumentar e defender suas ideias e decisões.

Metodologia Relearning

A TECH utiliza de maneira eficaz a metodologia do estudo de caso com um sistema de aprendizagem 100% online, baseado na repetição, combinando 8 elementos didáticos diferentes em cada aula.

Potencializamos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.

Em 2019, entre todas as universidades online do mundo, alcançamos os melhores resultados de aprendizagem.

Na TECH você aprenderá com uma metodologia de vanguarda, desenvolvida para capacitar os profissionais do futuro. Este método, na vanguarda da pedagogia mundial, se chama Relearning. Nossa universidade é uma das únicas que possui a licença para usar este método de sucesso. Em 2019, conseguimos melhorar os níveis de satisfação geral de nossos alunos (qualidade de ensino, qualidade dos materiais, estrutura dos cursos, objetivos, entre outros) com relação aos indicadores da melhor universidade online.



No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, e sim uma espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, combinamos cada um desses elementos de forma concentrada. Esta metodologia já capacitou mais de 650 mil graduados universitários com um sucesso sem precedentes em áreas tão diversas como bioquímica, genética, cirurgia, direito internacional, habilidades gerenciais, ciências do esporte, filosofia, direito, engenharia, jornalismo, história ou mercados e instrumentos financeiros. Tudo isso em um ambiente altamente exigente, com um corpo discente com um perfil socioeconômico médio-alto e uma média de idade de 43,5 anos.

O Relearning permitirá uma aprendizagem com menos esforço e mais desempenho, fazendo com que você se envolva mais em sua especialização, desenvolvendo o espírito crítico e sua capacidade de defender argumentos e contrastar opiniões: uma equação de sucesso.

A partir das últimas evidências científicas no campo da neurociência, sabemos como organizar informações, ideias, imagens, memórias, mas sabemos também que o lugar e o contexto onde aprendemos algo é fundamental para nossa capacidade de lembrá-lo e armazená-lo no hipocampo, para mantê-lo em nossa memória a longo prazo.

Desta forma, no que se denomina Neurocognitive context-dependent e-learning, os diferentes elementos do nosso programa estão ligados ao contexto onde o aluno desenvolve sua prática profissional.



Neste programa, oferecemos o melhor material educacional, preparado especialmente para os profissionais:



Material de estudo

Todo o conteúdo foi criado especialmente para o curso pelos especialistas que irão ministrá-lo, o que faz com que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Posteriormente, esse conteúdo é adaptado ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isso, com as técnicas mais inovadoras que proporcionam alta qualidade em todo o material que é colocado à disposição do aluno.



Masterclasses

Há evidências científicas sobre a utilidade da observação de terceiros especialistas.

O "Learning from an expert" fortalece o conhecimento e a memória, além de gerar segurança para a tomada de decisões difíceis no futuro.



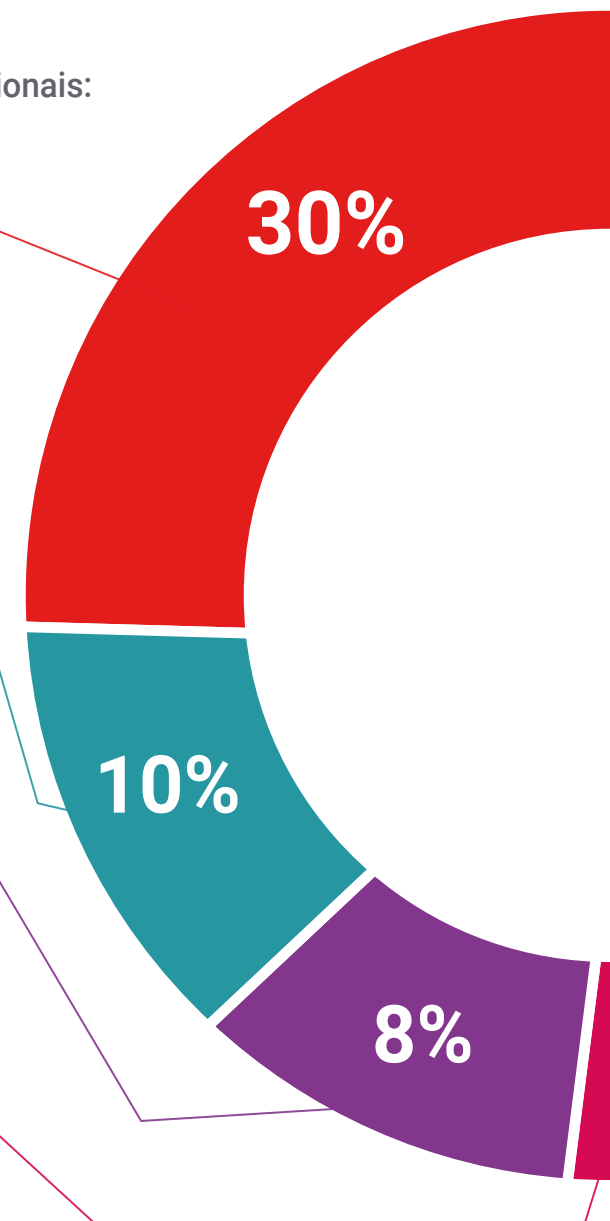
Práticas de habilidades e competências

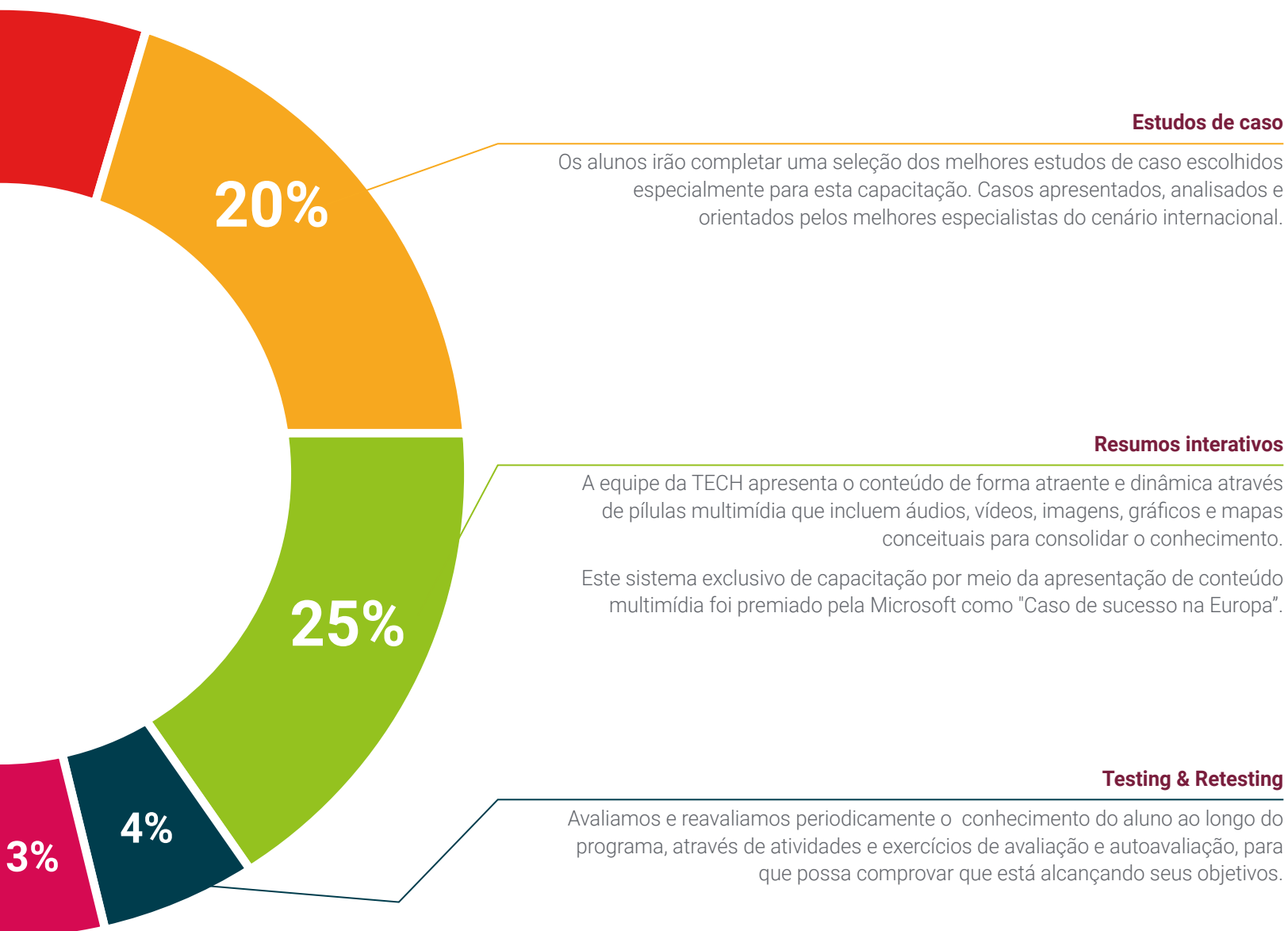
Serão realizadas atividades para desenvolver competências e habilidades específicas em cada área temática. Práticas e dinâmicas para adquirir e ampliar as competências e habilidades que um especialista precisa desenvolver no contexto globalizado em que vivemos.



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que for necessário para complementar a sua capacitação.



**Estudos de caso**

Os alunos irão completar uma seleção dos melhores estudos de caso escolhidos especialmente para esta capacitação. Casos apresentados, analisados e orientados pelos melhores especialistas do cenário internacional.

**Resumos interativos**

A equipe da TECH apresenta o conteúdo de forma atraente e dinâmica através de pílulas multimídia que incluem áudios, vídeos, imagens, gráficos e mapas conceituais para consolidar o conhecimento.

Este sistema exclusivo de capacitação por meio da apresentação de conteúdo multimídia foi premiado pela Microsoft como "Caso de sucesso na Europa".

**Testing & Retesting**

Avaliamos e reavaliamos periodicamente o conhecimento do aluno ao longo do programa, através de atividades e exercícios de avaliação e autoavaliação, para que possa comprovar que está alcançando seus objetivos.



07

Certificado

O Mestrado Próprio em Direitos Humanos garante, além da capacitação mais rigorosa e atualizada, o acesso a um título de Mestrado Próprio emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

Conclua este programa de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

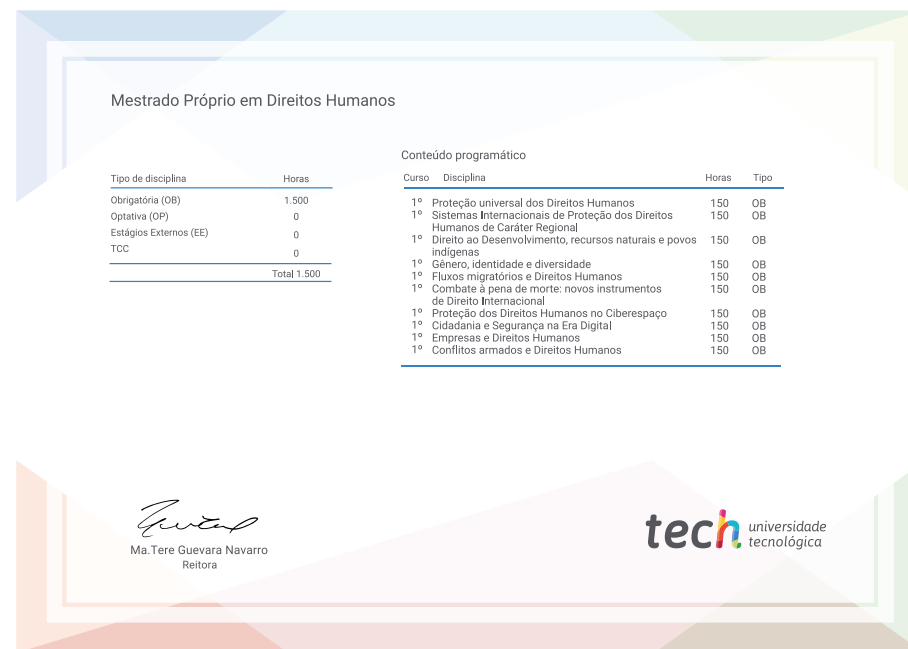
Este **Mestrado Próprio em Direitos Humanos** conta com o conteúdo mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio o certificado* correspondente ao título de **Mestrado Próprio** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

O certificado emitido pela **TECH Universidade Tecnológica** expressará a qualificação obtida no Mestrado Próprio, atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de empregos, concursos públicos e avaliação de carreira profissional.

Título: **Mestrado Próprio em Direitos Humanos**

N.º de Horas Oficiais: **1.500h**



futuro
saúde confiança pessoas
informação orientadores
educação certificação ensino
garantia aprendizagem
instituições tecnologia
comunidade compreensão
atenção personalizada
conhecimento inovação
presente qualidade
desenvolvimento sistemas



Mestrado Próprio Direitos Humanos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificado: TECH Universidade Tecnológica
- » Dedicção: 16h/semana
- » Horário: no seu próprio ritmo
- » Provas: online

Mestrado Próprio

Direitos Humanos

